



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

A NOSSA AMÉRICA EM DISPUTA

Uma aproximação ao momento atual na Colômbia.

JUAN PABLO TAPIRO ¹

Resumo.

Neste trabalho será apresentada uma aproximação a elementos estruturais e conjunturais do contexto da *Nossa América*, atravessado pela crise estrutural do capital, a ofensiva neoliberal e contrainsurgente, com diversos projetos em disputa; servindo como base para analisar e pensar o momento atual, de despertar, na Colômbia, retomando particularmente a paralisação nacional em 2021, a eleição presidencial do Pacto Histórico em 2022 e as contradições que se enfrentam nesse processo.

Palavras-chave:

Conjuntura da *Nossa América* – Ofensiva neoliberal e contrainsurgente – Processo de despertar na Colômbia.

Resumen.

En Este trabajo será presentada una aproximación a elementos estructurales y coyunturales del contexto de *Nuestra América*, atravesado por la crisis estructural del capital, la ofensiva neoliberal e contrainsurgente, con diversos proyectos en disputa; sirviendo de base

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

para analisar y pensar el momento actual, de despertar, en Colombia, retomando particularmente el paro nacional en 2021, la elección presidencial del Pacto Histórico en 2022 y las contradicciones que se enfrentan en ese proceso.

Palabras clave:

Coyuntura de *Nuestra América* – Ofensiva neoliberal y contrainsurgente – Proceso de despertar en Colombia.

Introdução.

Neste texto apresentaremos, inicialmente, o surgimento da ofensiva neoliberal e contrainsurgente na região, que ainda até hoje é mantida abertamente, especialmente pelos setores mais reacionários das ultradireitas de cada país. Assim mesmo, será apresentado o surgimento da denominada “onda progressista” na primeira década do século XXI, sob uma suposta pauta comum anti-neoliberal, embora com importantes diferenças entre vários desses processos, onda que entra em crise na seguinte década e que atualmente se reconfigura, parcialmente, apresentando-se como uma nova ou segunda onda progressista.

Nesse contexto, aprofundaremos o momento atual da Colômbia, no seu processo de despertar, de uma consciência anti-neoliberal e anti-uribista, que se expressou com contundência na paralisação nacional de 2021 e na eleição presidencial do projeto do Pacto Histórico, sob a direção de Gustavo Petro e Francia Márquez, contendo uma grande potência transformadora, mas, por sua vez, com tensões e contradições, no horizonte da construção da paz com justiça social e de um processo de democratização política, social e econômica.

1. Crise estrutural do capital, ofensiva neoliberal e contra-insurgência na *Nossa América*².

2 Aqui se sintetizam elementos estudados em Antunes (2018), Boron (2007), Castelo (2013), Katz (2010 e 2015), Machado-Gouvea (2022), Marini (1974), Mota (2012), Murga e Hernández (1980), Sierra-Tapiro (2019).

Após a II Grande Guerra Inter-imperialista (a II Guerra Mundial), se realiza um processo de reorganização da dominação imperialista (econômica-política-militar-ideológica) no mundo capitalista, tendo como principal potência os Estados Unidos da América (EUA).

Deu-se início aos chamados “anos dourados” do capitalismo-imperialismo, onde foi chave a conciliação de classes no centro do capitalismo, combinando a produção fordista-taylorista com a regulação econômica proposta por Keynes, desde a década de 1930, mas que só será assumida de forma geral a partir desse novo momento no processo de acumulação de capital, como estratégia anti-criSES, visando enfrentar o subconsumo, brindando melhores condições de vida concreta para o conjunto das classes trabalhadoras, com políticas tendentes ao pleno emprego, com seguridade social, políticas sociais públicas universais, entre outros direitos que em parte eram conquistas das próprias classes trabalhadoras nas suas lutas nesses países, mas que também pretendiam conter a influência do denominado “socialismo real”, cujo centro era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e que, também, só foram possíveis pelos processos de expansão imperialista dos países do centro do capital, que implicavam um maior desenvolvimento capitalista dependente em países da periferia.

A crise estrutural do capital inicia entre final da década de 1960 e início de 1970, embora os seus detonantes, mais estritamente econômicos, sejam da primeira metade da década de 1970, já se expressava desde antes como uma crise de sociabilidade, em manifestações como o denominado Maio francês de 68, que a rigor não foi só em maio, nem só francês, nem só em 1968; tendo repercussões em diversos países da Europa e em diversas regiões do mundo, intensificando-se ou surgindo diversas pautas de luta com protagonismos, não só do movimento operário, mas muito especialmente da juventude (trabalhadores e estudantes), de mulheres, de dissidências sexuais e de gênero, de populações racializadas como não brancas, entre outros setores da sociedade; mas também essa crise de sociabilidade já se expressava nos diversos processos e lutas anti-coloniais e de libertação nacional na Ásia, na África e na *Nossa América*, algumas com um horizonte socialista, sendo

aqui chave como referência a guerra imperialista de Indochina (“Guerra do Vietnã”).

A crise estrutural do capital contém diversas dimensões: econômica, política (do Estado burguês), social e ambiental, constituindo no seu conjunto uma crise da sociabilidade burguesa; das relações sociais de produção e reprodução capitalista que produzem cada vez mais uma barbárie na vida social, que destrói as importantes contingentes da força de trabalho (única fonte de produção de valor nos processos de trabalho na sociedade capitalista), onde uma parte das classes trabalhadoras são cada vez mais exploradas (em termos absolutos e relativos), e outra parte nem sequer consegue vender a sua força de trabalho; mas, também, destruindo a própria natureza (fonte dos meios de produção e de vida).

Assim, a irracionalidade da reprodução do modo de produção capitalista, continua produzindo ciclos de crises de superacumulação e superprodução, cada vez de forma mais profunda; produz, conseqüentemente, uma maior desigualdade social; coloca em risco a vida humana e de outros diversos seres vivos; e, ante as legítimas manifestações e lutas das classes trabalhadoras e setores subalternizados, a principal resposta do Estado é a coerção.

A resposta do capital a sua crise estrutural foi, tem sido, e é, a ofensiva neoliberal, uma estratégia econômica-política-ideológica, que tinha surgido como projeto já na década de 1940, mas que só vai encontrar o solo para a sua concretização a partir da crise estrutural do capital, mais de trinta anos depois.

Entre outros elementos, podemos destacar que a estratégia neoliberal se fundamenta em um processo de reestruturação produtiva permanente, sendo central o desenvolvimento tecnológico, o que implica, na irracionalidade do capital, uma maior pauperização das condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras; além de uma tendência à financeirização da economia, estimulando a especulação financeira e contraindo a produção industrial; assim como uma contra-reforma do Estado, fortalecendo a sua dimensão coercitiva, e restringindo cada vez mais a sua dimensão de consenso, o que se traduz em processos de militarização da vida cotidiana, criminalização da protesta social e da pobreza, assim como na mercantilização de direitos sociais, a privatização de instituições públicas e a terceirização e focalização da política social; além de uma forte exacerbação do

individualismo e do imediatismo.

A primeira experiência histórica de concretização do neoliberalismo foi no Chile, iniciada em 1973, sob a ditadura civil-militar, que de forma sanguinária derrotou o projeto de transição ao socialismo do governo da Unidade Popular; e será já no final dessa década, e especialmente durante a década de 1980 que a ofensiva neoliberal vai se expandir pelo centro do capital, nos EUA, na Inglaterra e na Europa ocidental.

Na *Nossa América*, embora houve algumas expressões de neoliberalismo, entre as décadas de 1970 e 1980, será na década de 1990, sob a orientação do “Consenso de Washington” de 1989, que vai se generalizar essa ofensiva na região.

A ofensiva neoliberal, como resposta do capital, a sua crise estrutural, só foi possível tendo como contraparte a estratégia contrainsurgente, que já fazia parte da reorganização da dominação imperialista após a II Grande Guerra, na sua dimensão da coerção, que no caso da *Nossa América* se concretizou no Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (1947), na Escola das Américas (1949), na Doutrina do Inimigo interno e da Segurança Nacional.

E que se intensifica como resposta da Revolução Cubana (1959) e suas repercussões em toda a região; que o imperialismo estadunidense vai tentar conter, tanto com estratégias de consenso como a “Aliança para o progresso”, como de coerção. Aqui é emblemático o golpe preventivo no Brasil, que embora tenha suas próprias particularidades da luta de classes nesse país, certamente, também tem o acompanhamento e respaldo das agências dos EUA.

Mas será, especialmente, com o início da crise estrutural do capital, e com o ascenso das lutas sociais e de classes na região, que a contrainsurgência vai se concretizar na sua forma mais brutal com a expansão das ditaduras civil-militares, o plano condor, e as guerras provocadas em diversos países.

Já no final da década de 1970, é colocada a necessidade da institucionalização da contrainsurgência, sob o que o governo dos EUA denominou a construção de “democracias viáveis”, o que implicaria a transição das ditaduras para democracias restringidas e processos de paz onde havia guerra. Esse processo de institucionalização da contrainsurgência, se realizou em cada país segundo as suas

próprias particularidades das lutas de classes durante a década de 1980 e inícios da década de 1990; embora esse processo não se encerrou completamente, especialmente pela permanência de algumas organizações insurgentes armadas na Colômbia, o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, México, entre outros processos.

Na confluência de processos constitucionais, como no Brasil em 1988 e na Colômbia em 1991, no espírito dessas democracias restringidas, mantendo a essência do Estado contrainsurgente, no contexto do fim do denominado “socialismo real” (o que ideologicamente foi apresentado no mundo como o triunfo do capitalismo e da democracia burguesa como o único mundo possível e desejável), e ante as expressões de crises econômicas na região, se criaram as condições para a institucionalização da ofensiva neoliberal, apontando a uma nova forma de dominação imperialista com o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

As nefastas consequências sociais do neoliberalismo na vida da maioria da população, levaram a intensificação de diversas expressões de resistências e lutas em vários países, especialmente entre final da década de 1990 e no início da primeira década do século XXI, o que por sua vez, criou as bases para a disputa eleitoral de projetos que se apresentavam como anti-neoliberais e que chegaram ao governo, constituindo o denominado “ciclo progressista” e que efetivamente derrotaram, pelo menos parcialmente, a ALCA em 2005.

É necessária a análise diferenciada de cada processo desse “ciclo” ou “onda progressista”, já que não formam um bloco homogêneo, em alguns casos como a Venezuela, Bolívia, entre outros, foi evidente uma oposição direta à dominação imperialista estadunidense e a criar processos de unidade baseadas na solidariedade, onde a principal referência é o projeto da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), colocando em perspectiva novamente a necessidade da construção de um socialismo bolivariano; em outros casos, como o Brasil, a Argentina, entre outros, embora também tensionavam a influência dos EUA na região, assumiam os processos de relação internacional regional mas como uma expressão subimperialista, e portanto também tensionavam as construções mais radicais da unidade regional baseadas no intercâmbio solidário, nesse sentido,

apontaram para o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), assumindo com diferenças, estratégias neo-desenvolvimentistas ou social-liberais. Além disso, havia alguns outros processos em que se manteve uma plena subordinação aos interesses imperialistas na região, como, por exemplo, na Colômbia e no Peru.

Essas diferenciações obedecem tanto aos processos histórico-sociais particulares, como ao caráter de cada governo e à organização e mobilização social de luta contra o neoliberalismo, e/ou o imperialismo, e/ou o capitalismo. Uma luta anti-neoliberal, coerentemente deveria ser anti-imperialista, a qual por sua vez deveria ser anti-capitalista, no entanto, em diversos discursos e plataformas isto se coloca de forma ambígua e/ou contraditória, já que alguns só pretendem superar o neoliberalismo, discurso que tem efeito imediato para as maiorias pauperizadas que sofrem mais diretamente as consequências dessa estratégia, quase que propondo que não todo imperialismo nem todo capitalismo tem porque ser assim, portanto que seria possível relações mais solidárias e humanas nessa sociedade; e/ou, por outro lado, enfrentando o imperialismo estadunidense, mas pretendendo ser parte da dominação e expropriação de outros países na região.

Um elemento chave e complexo de todo esse processo, é que durante a primeira década do século XXI tanto os governos ditos “progressistas” como os mais alinhados com os interesses imperialistas na região (não só dos EUA), confluíram no extrativismo e na reprimarização da economia, o que independente da sua opção política, aprofundou as bases da dependência econômica e fragilizou a produção própria.

Diante de uma nova expressão da crise econômica, que começou nos EUA em 2007-2008, que foi posteriormente sentida na Europa (com maior força na Espanha, Grécia, Portugal e Itália) e que começou a se expressar na *Nossa América* no início da segunda década deste século, os chamados governos “progressistas” também entraram em crise política (em grande parte devido às suas próprias limitações e contradições), o que tornou possível aos setores mais reacionários e abertamente neoliberais assumir novamente o governo, fosse através de meios eleitorais legais ou através de novas formas aparentemente legais - mas não legítimas - de golpe de Estado.

Não é um retorno ao neoliberalismo, pois a estratégia neoliberal continuou a fazer parte da agenda de vários governos "progressistas", porém certamente não é a mesma coisa um governo que se apresenta como "popular" ou dos "trabalhadores" que um governo abertamente reacionário totalmente subordinado aos interesses do capital transnacional e particularmente aos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA na região; as implicações são o fortalecimento da contrainsurgência como estratégia de dominação e o aprofundamento brutal das políticas neoliberais.

Entretanto, este não é o início de um longo período de dominação por parte desses setores das direitas mais reacionárias; o que vem acontecendo em toda a região são diversas expressões de luta social e de classe, trabalhadores assalariados mobilizados para impedir que suas condições de trabalho se tornem mais precárias, mobilizações das classes trabalhadoras e os setores subalternizados contra as políticas de morte dos governos neoliberais, mobilizações de estudantes, mulheres, dissidentes sexuais e de gênero, os sem-teto, ambientalistas, povos étnicos, entre outros.

Lutas nas quais convergiram processos históricos e novos, alguns que assumiram a tarefa de resistir à contra-insurgência e à ofensiva neoliberal, outros que propõem reformas democratizadoras, e outros que propõem a necessidade de uma nova sociedade. Essas diversas expressões e processos estão sobretudo nas ruas, em processos de assembleia, forjando poder desde baixo, colocando como desafio a necessidade de consolidar a unidade na diversidade para a luta, em um processo de conscientização coletiva com respeito aos limites estabelecidos para a participação efetiva no estado burguês (em crise).

A experiência do primeiro "ciclo" ou "onda progressista" mostra como é limitado ser um governo e até mesmo ter maiorias parlamentares, diante dos poderes econômicos, judiciais, militares e até mesmo dos meios de comunicação de massa, todos os poderes subordinados à força imperialista principalmente dos EUA; o que coloca a necessidade de repensar o que é poder, e retomar e combinar o movimento de forjar um poder de baixo para tomar o poder, para gerar as condições que possibilitem uma transformação em direção a uma nova sociabilidade.

No momento atual, todas as expressões de luta são importantes, assim como

a troca de experiências e a articulação internacionalista, como um dos elementos-chave para enfrentar a ofensiva imperialista, será no próprio movimento que saberemos se o teto é resistir, tentar reformas na própria ordem, ou definitivamente radicalizar, para superar as relações de produção e reprodução capitalista.

O neoliberalismo como estratégia do capital para responder a suas crises só tem mais barbárie a oferecer; a estratégia de reformas dentro da ordem com a pretensão de uma conciliação de classes não tem lugar no atual contexto de crise, apesar do fato de que se abre um novo cenário com a pandemia do coronavírus (covid-19), mesmo que algumas reformas democratizadoras sejam alcançadas, o que seria muito importante para as classes trabalhadoras como um todo (e pelo qual será necessário lutar na conjuntura atual), essas reformas não têm nenhuma chance de durar, dado o agravamento da crise estrutural do capital.

É nessa conjuntura da *Nossa América* em disputa, com a retomada ao governo de setores que se assumem como progressistas -destacando especialmente o processo no Chile, onde após importantes mobilizações sociais foi possível começar um processo constituinte para derrotar a Constituição neoliberal da ditadura, e conseguiram um governo que se corresponde com o espírito das lutas das classes trabalhadoras e setores subalternizados nesse país-, que faremos uma aproximação ao momento atual na Colômbia, que historicamente tem sido um aliado estratégico, econômico-político-militar dos EUA na América do Sul, especialmente nas últimas décadas, nos diversos processos de desestabilização do processo bolivariano na Venezuela e na ameaça à região toda, e que por primeira vez um governo desse país, recupera o ideário de unidade da *Nossa América*, recuperando -por enquanto de forma simbólica- a espada de Bolívar.

2. O despertar na Colômbia: perspectivas das lutas sociais e de classes na Colômbia³.

A Colômbia está vivendo um momento de sínteses do acúmulo histórico de lutas

3 Aqui se tem como referência a De Zubiria e Libreros (2021), Estrada-Alvarez (2021 e 2022), Sierra-Tapiro (2021a e 2021b).

sociais e políticas, que se expressaram nas contundentes mobilizações sociais dos últimos anos, tendo como marcos principais a paralisação nacional do 21 de novembro de 2019, que manteve uma agenda constante de mobilização até março de 2020, quando, por conta da pandemia foi decretado o toque de recolher, mas que mesmo com o pretendido encerramento forçado sem condições nem garantias para isso, a partir do mês de junho desse ano, começaram a retomar-se diversas manifestações, até chegar na paralisação nacional iniciada no 26 de abril de 2021 e que se estendeu por quase dois meses, constituindo-se no maior protesto social do século XXI (inclusive desde a segunda metade do século XX), nesse país.

Nesse contexto, foi possível que um projeto com traços progressistas e de esquerda, mobilizado pelo Pacto Histórico⁴, consegue-se vencer na disputa eleitoral em 2022 e assumir o governo da Colômbia, sob a direção de Gustavo Petro⁵ e de Francia Márquez⁶, na tentativa de conseguir superar uma guerra de mais de sessenta anos, no caminho de continuar forjando um processo de paz com justiça social, que implique o início de um processo de democratização política, social e econômica, numa perspectiva de emancipação política, ou seja de autodeterminação e soberania nacional; o que concretamente implicaria o

4 O Pacto Histórico é uma coligação de forças políticas e sociais, com diversos setores de esquerda, mas também com setores que foram parte dos partidos tradicionais, que têm confluído na defesa do processo de paz e no enfrentamento nos últimos anos ao uribismo.

5 Gustavo Petro é um dirigente político de esquerda que se apresenta como progressista, foi militante da guerrilha Movimento 19 de abril, que fez um Acordo de Paz no início da década de 1990 e foi parte da construção da Constituição de 1991. Petro foi eleito congressista (na Câmara de Representantes -o equivalente a deputado federal- em 1991 e 1998 e Senador em 2006) e foi eleito prefeito de Bogotá em 2015, onde foi objeto de perseguição política, perdendo temporalmente a sua investidura. Foi candidato à presidência da República em 2010, 2018 e 2022. Em 2018, pelo estatuto da oposição – parte do Acordo de Paz –, depois de ficar segundo nas eleições presidenciais, assumiu novamente como Senador e principal referência da oposição ao governo uribista de Iván Duque.

6 Francia Márquez é uma mulher, negra, dirigente social, que tem sido protagonista na luta na defesa do seu território (em Cauca, no sudoeste da Colômbia), o que implica a defesa dos direitos humanos e da natureza no enfrentamento ao capital monopolista transnacional. Francia Márquez foi candidata à Câmara de Representantes em 2018, e em 2022, sendo pré-candidata presidencial do Pacto Histórico, foi a segunda mais votada, depois de Gustavo Petro. A sua participação como candidata vice-presidencial foi chave na articulação com os movimentos feministas, étnicos, da juventude, entre outros, para a disputa eleitoral; mas também, colocou em evidência o racismo, a misoginia, e o classismo, por parte de diversos setores da sociedade que se expressaram contra a pessoa de Francia Márquez, por ser negra, mulher e trabalhadora (que inclusive em algum momento da sua vida foi trabalhadora doméstica).

enfrentamento da ofensiva neoliberal e contrainsurgente.

O processo de paz, começou com o diálogo entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército de Povo (FARC-EP) e o Estado da Colômbia, sob o governo do Juan Manuel Santos Calderón, iniciado oficialmente em 2012, e que concluiu com o Acordo de Paz em 2016, com 06 grandes pontos, sobre uma reforma rural integral, participação política, fim do conflito, drogas ilícitas, vítimas e implementação. Parte dos grandes desafios do atual governo do Pacto Histórico é o cumprimento pleno desse Acordo, que foi boicotado pelo *mau* governo uribista de Duque, mas que já tinha problemas de implementação desde o próprio governo que assinou o Acordo.

Outra parte chave do processo de paz é a retomada do diálogo com o Exército de Libertação Nacional (ELN), que tinha começado em 2014, mas que foi suspenso no governo de Duque; e também a abertura do diálogo com as denominadas dissidências das FARC-EP (algumas que não foram parte do Acordo de Paz e outras que se organizaram depois como resposta ao incumprimento do Acordo e a perseguição judiciária).

Mas o processo de paz não se limita ao diálogo e acordo político com as insurgências armadas, é necessário o cumprimento de acordos com diversos setores da sociedade e a abertura do diálogo social e político para as reformas democráticas, em uma perspectiva da defesa dos direitos humanos.

O processo de paz, assim como a guerra, é uma expressão da luta de classes nesse país, e também tem, por parte de setores das classes historicamente dominantes, o horizonte simplesmente de derrotar politicamente as insurgências armadas, e conseguir, finalmente o processo de institucionalização de contrainsurgência, constituindo-se em uma *democracia viável*, garantindo as condições para a plena expansão da acumulação capitalista, sob domínio do capital monopolista financeiro transnacional. É por isso que setores que foram parte dos partidos tradicionais na atualidade confluem no Pacto Histórico ou na coalizão de governo. Isso gera tensões e contradições com respeito a correlação de forças para realmente enfrentar o neoliberalismo, embora, por enquanto, e dada a força da mobilização social nos últimos anos, na aparência, existe um ambiente para

reformas democratizadoras, em correspondência com o Acordo de Paz e com uma agenda de universalização de direitos sociais.

Mas ainda tem um setor das classes dominantes que se opõem frontalmente ao processo de paz, principalmente são as expressões mais retardatárias, oligárquicas e os setores ligados às máfias e economias ilegais. Para esses setores ainda é necessária a guerra contrainsurgente, renovando a doutrina do Inimigo interno e da Segurança Nacional, exterminando fisicamente aos adversários políticos, assim como o aprofundamento brutal da estratégia neoliberal.

Durante o *mau* governo uribista de Duque, além do não cumprimento e o boicote ao Acordo de Paz; intensificaram-se sistematicamente os assassinatos de dirigentes e lideranças sociais, defensores e defensoras de Direitos Humanos, signatários do Acordo de Paz; e para além disso, deu-se a continuidade aos processos de mercantilização dos direitos sociais, desmantelamento dos direitos trabalhistas, privatização de entidades públicas, focalização da política social, entre outros.

Foi como resposta a esse *mau* governo, e a situação de crise econômica e social, que em 2019 foi convocada uma paralisação nacional pela vida, a paz e contra o pacote neoliberal; mas em 2021, depois de mais de um ano de pandemia, e de respostas classistas erráticas que favoreciam ao capital financeiro e não atendia as necessidades da maioria da população, que sofria um intenso processo de pauperização da vida, veio o detonante da explosão social, uma nova regressiva reforma tributária.

Sobre a paralisação nacional de mais de dois meses em 2021 podemos fazer os seguintes destaques:

- i. Embora o detonante foi a regressiva reforma tributária, as causas econômicas, sociais e políticas, são produto da histórica ofensiva neoliberal e contrainsurgente que têm sido assumidas por todos os governos da Colômbia nas últimas décadas e, portanto, essa paralisação é na verdade expressão da crise capitalista e a resposta do capital a sua crise nesse país.
- ii. A síntese do acúmulo de lutas sociais e políticas que se expressou nos últimos anos, recupera as mobilizações da última década, depois dos oito

anos do governo de Uribe Vélez, que foi a maior expressão do terrorismo de Estado. Desde o movimento estudantil em 2011; a paralisação agrária, camponesa, étnica e popular em 2013, onde confluíram também estudantes, trabalhadores da saúde, transportadores, entre outros setores da sociedade; diversas mobilizações territoriais em várias regiões do país; e muito especialmente as manifestações em favor e defesa do processo de paz; mas também outras diversas expressões como as lutas das mulheres e das dissidências sexuais e de gênero, as lutas de sem-teto, as lutas ambientalistas, etc. Ou seja, não foi uma explosão simplesmente espontânea, tinha um acúmulo de organização e de experiências de lutas que contribuíram certamente na potência da paralisação nacional de 2021, inclusive onde houve processos que começaram a ser articulados a partir de 2019 e que foram tomando força até 2021, para além das históricas organizações e movimentos sociais e populares.

- iii. A paralisação de 2019, já evidenciava um processo de consciência anti-neoliberal, mas a principal motivação da mobilização era a indignação pelos assassinatos sistemáticos de dirigentes e lideranças sociais, defensores e defensoras de Direitos Humanos e signatários do Acordo de Paz, a rigor, essa prática contrainsurgente não foi novidade, o que era novidade é que a partir do Acordo de Paz não era mais possível apresentar esses assassinatos como guerrilheiros mortos em combate. Mas a paralisação de 2021, depois de três anos do governo de Duque, se expressou com muita mais consistência contra o neoliberalismo e especialmente contra o uribismo, o que no caso da Colômbia é muito importante, nas perspectivas de construção de paz com justiça social e o início de um processo de democratização política, social e econômica.
- iv. Um dos sujeitos principais das mobilizações dos últimos anos tem sido a juventude dos bairros populares, que não consegue nem estudar nem vender sua força de trabalho, que concretamente pensa e sente que não tem nada a perder e assume com destemor a protesta social, colocando inclusive a sua vida mesma nesse processo e que tem tensionado as formas de participação

institucional e apontaram a radicalizar as manifestações para ter respostas efetivas por parte dos governos (nacional e locais). Isso coloca a necessidade de pensar os processos de organização da classe trabalhadora, pensando especialmente nos setores mais pauperizados, desempregados e trabalhadores na informalidade.

- v. O cenário principal das mobilizações têm sido as cidades principais e intermediárias, embora também algumas estradas intermunicipais principais foram cenários chaves de manifestação. As cidades (e a juventude) foram muito importantes na visibilização da paralisação agrária de 2013 e na defesa do processo e do Acordo de Paz; já no 2019 foi evidente a potência dos bloqueios das entradas e avenidas principais das cidades, conseguindo efetivamente a paralisação, afetando diretamente a circulação de mercadorias e afetando a normalidade do cotidiano de trabalho. Em 2021, isso se expressou com maior força, cidades como Cali -conhecida historicamente como a sucursal do céu e agora como sucursal da resistência-, manteve por quase dois meses pontos de bloqueio e mobilizações permanentes.
- vi. Uma das aprendizagens organizativas da experiência da paralisação de 2021 foi a chamada Primeira Linha (que já se apareceu em 2019 e que foi sendo aperfeiçoada, ao que parece, tendo como referência as experiências das mobilizações no Chile nos últimos anos). Inicialmente seria um grupo de autodefesa e proteção de manifestantes para repelir os ataques da força pública, mas foi complexificando-se; uma parte protegeria aos manifestantes com escudos, outra parte faria o confronto com pedras, e outra parte recolheria e organizaria as pedras, além de outras missões de primeiros auxílios, apoio logístico, alimentação, entre outros. Nesse processo foi chave o apoio de moradores dos territórios dos bloqueios -especialmente de mulheres- e também de diversas campanhas para recolher insumos, especialmente médicos e de alimentos, e em alguns casos de equipamentos de proteção como capacetes, luvas, entre outros. Essa foi certamente uma das maiores experiências de encontro e solidariedade, inclusive porque foi nesses pontos de bloqueio que se desenvolviam também diversas ações de

debate público, formação política, apresentações artísticas, atividades lúdicas e recreativas, etc. Além disso a juventude expressou em diversos momentos que estava comendo mais e melhor no bloqueio que na sua casa, dadas as políticas de fome e morte do governo de Duque.

- vii. A resposta do Estado oligárquico-burguês colombiano, com o total apoio dos meios de comunicação de massa (de propriedade do capital nacional e transnacional), tem sido estigmatização, repressão brutal, criminalização e judicialização (que tem inclusive continuado como exercício de pressão permanente nos bairros populares e como expressão de perseguição, especialmente da juventude). O ódio de classe foi expressado de diversas formas, e as várias ações ilegais e paramilitares para conter as manifestações e manifestantes também foram legitimadas. Aqui é importante salientar que o registro e denúncia, realizadas pela mídia alternativa, de toda a barbárie produzida pelo terrorismo de Estado durante as manifestações, foi fundamental para desmentir ao governo, à força pública e à grande mídia.
- viii. O governo de Duque foi cedendo em algumas demandas da paralisação mas sem abrir um processo de diálogo e mantendo a repressão. Já no final de junho de 2021, começa o que seria um processo de transformação da própria mobilização, para fortalecer um processo de pedagogia nos bairros, de fortalecimento organizativo, mais também, muito especialmente, de acumular forças para seguir debilitando o uribismo e conseguir um triunfo eleitoral em 2022, tanto no Congresso como na Presidência, de um projeto que conseguisse retomar as pautas de luta das mobilizações dos últimos anos, assim como a projeção na disputa eleitoral regional e local em 2023.
- ix. O principal legado dessa paralisação foi a expansão e aprofundamento de um processo de consciência coletiva (anti-neoliberal e anti-uribista), e a evidência da força da mobilização nas ruas, que vai para além de qualquer eleição, e que é o verdadeiro poder das grandes majorias, das classes trabalhadoras e os setores subalternizados.

Já em 2022, o que se teve no primeiro semestre, foi efetivamente uma ênfase nas

campanhas eleitorais, com um processo muito intenso de fortalecimento do Pacto Histórico, como um projeto que se colocou como opção concreta de governo, com base em um programa que recolhe o espírito da paralisação de 2021 e tudo o que aí se sintetiza, não sem tensões e contradições.

O Pacto Histórico apesar de toda a manipulação mediática em contra de si, baseada principalmente em infâmias e mentiras, assim como possíveis ações de fraude, conseguiu ser a maior força no Congresso da República, embora não seja maioria absoluta, o que evidentemente implica a necessidade de acordos com outros setores da esquerda, progressistas e até da direita moderada, que possibilitem maioria para aprovar as reformas estruturais necessárias, respeito ao sistema tributário, as condições de trabalho, a previdência, a saúde, a educação, a moradia, a força pública, entre outras. E, também, conseguiu o triunfo nas eleições à Presidência da República para assumir a direção na construção do que tem sido denominada a Paz Total e que Colômbia comece o seu caminho como Potência Mundial da Vida.

O início do governo do Pacto Histórico, sob o comando de Petro tem evidenciado a disposição de cumprir com o seu programa político, mas também a abertura para a conciliação com diversos setores políticos, econômicos e sociais, para conseguir ter uma governabilidade que possibilite avançar o mais pronto possível nas reformas propostas, embora, essa conciliação já implique seguramente uma restrição no alcance imediato delas.

Assim mesmo, esse governo mostrou a sua decisão de avançar no cumprimento pleno do Acordo de Paz, de retomar o diálogo com o ELN, de abrir o diálogo com dissidências das FARC-EP para também fazer acordos de paz, e está propondo uma alternativa para que as organizações sucessoras do paramilitarismo e as diversas organizações mafiosas e narcotraficantes assumam um submetimento especial à justiça, com redução de penas e garantias de não extradição aos EUA.

Todos esses movimentos são muito importantes no caminho de enfrentamento ao neoliberalismo e da contrainsurgência, mas, como vimos, essa dupla estratégia é a resposta do capital a sua crise estrutural, e portanto a sua superação não depende só da boa vontade de um governo, o poder político do

executivo terá que manter uma correlação de forças a seu favor no poder político legislativo, e ainda será precisa uma reforma à justiça, além da já mencionada reforma à força pública, com o desmonte da doutrina do Inimigo Interno e de Segurança Nacional, também será necessária uma democratização dos meios de comunicação e efetivamente conseguir estimular uma economia produtiva e que permita garantir a soberania nacional, assim como impulsionar a banca pública, especialmente para as classes trabalhadoras e os pequenos e médios empresários, para conter os abusos do capital financeiro monopolista nacional e transnacional.

O Programa do Pacto Histórico é concebido em um horizonte de humanização do capitalismo, em uma perspectiva de desenvolvimento nacional baseado na indústria, para conseguir uma maior redistribuição da riqueza socialmente produzida por meio de políticas sociais públicas, com uma ênfase na regulação e reorganização do capital na sua relação com a natureza, pretendendo um pacto de conciliação de classes, convocando inclusive aos setores mais retardatários e oligárquicos das classes dominantes.

A questão é se esse Programa, muito próximo do projeto do denominado “Estado de Bem-Estar Social”, que nunca foi uma realidade nos países da *Nossa América*, é possível e viável no contexto de crise estrutural do capital, ainda mais numa economia dependente, que foi desindustrializada nas últimas décadas estimulando os processos de financeirização e de reprimarização da economia, agudizando as relações de dependência e subordinação ao capital monopolista transnacional.

Além de ter que enfrentar de forma permanente os setores mais reacionários ligados às economias ilegais, que ainda vão ter base de apoio importante em setores estratégicos das forças militares e da polícia.

E, finalmente, dependendo também, em parte, da sua relação com o governo dos EUA, que certamente foi muito importante no apoio do processo de paz, e que na aparência está disposto a um entendimento com o governo do Pacto Histórico, mas que quando considere que seus interesses estratégicos na Colômbia e, inclusive na região, fiquem ameaçados, não vacilará em usar os seus mecanismos de boicote e desestabilização.

O governo do Pacto Histórico estará atravessado por múltiplas contradições, das quais já destacamos algumas neste texto. Assim, pode limitar-se a tentar fazer gestão da crise (econômica, política, social e ambiental), apontando a melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras e setores subalternizados, e instrumentalizar o acúmulo de lutas em um processo de institucionalização da participação social e política, que permita conter suas expressões mais radicais e sua potência transformadora. Ou, pode assumir, conseqüentemente com o processo que permitiu essa construção, uma verdadeira abertura para o diálogo com as classes trabalhadoras e setores subalternizados, que possibilite a democratização política, mantendo e fortalecendo a autonomia do conjunto do movimento social e popular; que nas próprias lutas e nos processos de tensões e contradições, de avanços e recuos, na construção de paz com justiça social e na democratização política, social e econômica, pode-se radicalizar, forjando uma consciência que implique ir para além da luta antineoliberal, já que a superação do neoliberalismo, implica a superação das relações sociais capitalistas-imperialistas, e assim mesmo, a superação da contrainsurgência, implica a superação do Estado (oligárquico-)burguês.

Nesse último sentido, é fundamental continuar os processos de organização e mobilização social, atravessados por processo de formação política e de memória histórica⁷, na disputa pelo sentido comum, para a construção de um projeto de sociedade, de uma nova Colômbia, que por sua vez se reconheça como parte da *Nossa América*, assumindo que as lutas emancipatórias são necessariamente internacionalistas.

A guisa de conclusão.

A *Nossa América* está em disputa, aparentemente, entre três grandes projetos: o

7 Recentemente foi publicado o Informe da Comissão da Verdade (que faz parte do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição produto do Acordo de Paz) no qual se reconhece que a guerra, de mais de 60 anos na Colômbia ainda persiste, destacando-se a necessidade da verdade histórica, da memória, para a reparação das vítimas e como base para a não repetição. Além desse informe, é importante também o estudo do Informe da Comissão Histórico do Conflito e suas Vítimas, realizados durante o diálogo de paz entre as FARC-EP e o Estado colombiano.

primeiro defende o aprofundamento do neoliberalismo e a contrainsurgência, reproduzindo a resposta do capital-imperialista a sua crise estrutural; o segundo, visa reformas democráticas dentro da ordem, apontando a tentativas de conciliação de classes, com a pretensão de conseguir um desenvolvimento capitalista que permita melhores condições de vida do conjunto da sociedade, especialmente dos setores mais pauperizados; o terceiro aponta a um horizonte de superação das relações sociais do modo de produção e reprodução capitalista.

A possibilidade de uma segunda onda progressista na região não é menor no enfrentamento da barbárie produzida pelo capital em crise, e que se agudizou com a pandemia, mas certamente é insuficiente.

É necessário apreender das experiências históricas, dos acertos, erros, limites e contradições, e apontar sim a necessidade e possibilidade de uma nova sociabilidade.

Bibliografia.

Antunes, R. (2018). O privilegio da servidão. Boitempo. São Paulo.

Boron, A. (2007). Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina. En: Tareas No. 126. CELA. Panamá. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Panama/cela/20120717032041/crisis.pdf>

Castelo, R. (2013). O canto da sereia: social-liberalismo, novodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. En: Revista *Em Pauta*. No. 31. Vol. 11. Pág. 119-138. UERJ. Rio de Janeiro. Disponible en: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/5499>

De Zubiría-Samper, S – Liberos-Jimenez G (2021). Crisis de hegemonía, subjetividades insurgentes y perspectivas. Em: Revista Izquierda. Edición Especial. 96. Disponível em: <https://revistaizquierda.com/secciones/Numero-96/izq-rev-96-revista-izquierda-96-mayo-2021-completa>

Estrada-Alvarez, J. (2021). La rebelión social y el movimiento real de la clase trabajadora. Em: Revista Izquierda. Edición Especial. 96. Disponível em: <https://revistaizquierda.com/secciones/Numero-96/izq-rev-96-revista-izquierda-96-mayo-2021-completa>

_____. (2022). Prolegómenos del gobierno progresista en Colombia. Em: Revista Izquierda No. 105. Disponível em: [Revista Izquierda #105 -](#)

Katz, C. (2010). Latinoamérica: de la reforma a la revolución. En: Revista Praia Vermelha. Vol. 20 Número 2. PPGSS. UFRJ. Río de Janeiro.

_____ (2015). ¿Qué es el neodesarrollismo? Una visión crítica. Argentina y Brasil. En: Revista Serviço Social e Sociedade. No. 122. Pág. 224-226. Abr/jun. São Paulo. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0224.pdf>

Machado-Gouvea, M. (2022). Brasil y la nueva “ola progresista” en Nuestra América. Em: Revista Izquierda No. 105. Disponible em: [Revista Izquierda #105 -](#)

Marini, R. (1978). O Estado de contrainsurgência. Em: Cuadernos Políticos. n. 18, p. 21-29. Ediciones Era. México. Disponible em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1978/07/20.htm>

Mota, A. (2012). Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. En: Revista Configurações. No. 10. Pág. 29-41. Disponible en: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1324>

Murga, A. - Hernández L. (1980). Contrarrevolución, lucha de clases y democracia en América Latina. En: Cuadernos políticos. No. 25. México. Ediciones Era. Disponible en: http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.25/CP.25.7.Murga_Hernandez.pdf

Sierra-Tapiro, J.P. (2021a). El despertar en Colombia ¿hacia un nuevo amanecer?. Disponible em: <https://juantapiro.wordpress.com/>

_____. (2021b). Aportes para entender el paro nacional de 2021 en Colombia, como expresión de la crisis capitalista. Trabalho apresentado na mesa coordenada: trabalho, lutas sociais e resistências na América Latina, na X JOINPP. Disponible em: [trabalho_mesa_1094.pdf \(ufma.br\)](#)

_____. (2019). Elementos para pensar Nuestra América en la contemporaneidad. Em: Luchas sociales, sujetos colectivos y Trabajo Social en América Latina. Ed. Puka. Argentina. Disponible em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000119.pdf>